

Ilmo. Sr. Secretário

A requerente, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, solicitar acesso à informação, nos termos delineados nos incisos XIV e XXXIII do art. 5º, da Constituição Federal e na Lei 12.527 de 2011 e na Lei nº 17.866 de 2013 Súmula CGAI Nº 02/2016.

I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO REALIZADO POR MEIO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA:

Diz a Súmula CGAI nº 02/2016 (Diário Oficial de 25/08/2016, pág.9), que no caso de provada a insuficiência do canal específico, é possível o deferimento do pedido de acesso à informação realizado por meio do Portal da Transparência, nestes termos:

"CANAL ESPECÍFICO - Se o órgão ou ente competente para responder o Pedido de Acesso à Informação - PAI dispõe de canal específico ativo e efetivo para obtenção da informação solicitada, deve orientar o interessado a utilizá-lo para buscar a resposta desejada e considerar o pedido como atendido. A mesma regra será adotada no caso de solicitação de informação sobre procedimentos administrativos."

Justificativa

Esta súmula tem o propósito de consolidar entendimento firmado no âmbito do CGAI, segundo o qual, havendo canal específico ativo e efetivo para obtenção da informação solicitada, é satisfatória a resposta que o indique. Ressalte-se, contudo, que essa satisfação é uma presunção e, portanto, poderá ser afastada, caso o interessado comprove - em seu pedido ou em sede recursal - a ausência da atividade ou da efetividade do canal indicado.

Assim, todas as vezes em que o órgão ou ente demandado não disponha de canal em ativo e efetivo funcionamento - de alguma forma demonstrado pelo interessado -, deverá a solicitação ser processada na forma de Pedido de Acesso à Informação - PAI.

Em suma, em que pese o caráter autônomo e não subsidiário da Lei 17.866/2013, tal norma não veio substituir os canais específicos já constituídos de relacionamento entre Administração e sociedade, devendo estes prevalecer sempre que ativos e efetivos, em respeito aos princípios da eficiência e da economicidade.

Na mesma linha, anota-se o conteúdo da Súmula nº 1/2015 da Comissão Mista de Reavaliação de Informações- CMRI, a saber:

“PROCEDIMENTO ESPECÍFICO - Caso exista canal ou procedimento específico efetivo para obtenção da informação solicitada, o órgão ou a entidade deve orientar o interessado a buscar a informação por intermédio desse canal ou procedimento, indicando os prazos e as condições para sua utilização, sendo o pedido considerado atendido.”

Justificativa

Esta súmula visa a consolidar entendimento firmado no âmbito da CMRI no sentido de que, na existência de canal ou procedimento específico e efetivo para obtenção da informação solicitada, presume-se satisfativa a resposta que o indique. Esta presunção, no entanto, poderá ser afastada caso o interessado comprove em seu pedido ou em sede recursal a ausência de efetividade do canal indicado. Desse modo, sempre que o órgão ou entidade demandado não disponha de procedimento em efetivo funcionamento — seja porque não haja prazos e condições pré-determinados ou porque reste demonstrada a inobservância destes —, deverá o pedido ser processado na forma de solicitação de acesso à informação.

Portanto, em que pese a natureza autônoma e não subsidiária da [Lei 12.527/2011](#), o processo administrativo de acesso à informação não prejudicou formas específicas já constituídas de relacionamento entre Administração e administrados, devendo estas prevalecerem sempre que existentes e efetivas, em respeito ao princípio da eficiência e economicidade.

Acerca desse tema, registra-se os precedentes firmados pela Controladoria Geral da União, no âmbito da análise dos recursos relacionados aos pedidos de acesso à informação nº 71200.000032/2019-15 e nº 99901.001241/2013- 11, respectivamente:

Pedido nº 71200.000032/2019-15

“(…)

5. Considera-se canal efetivo de atendimento aquele em que há prazos e condições de atendimento pré-determinados por legislação ou ato administrativo específicos, por meio do qual o cidadão possa exercer seus direitos, dentro dos limites legais. Assim, caso comprovada, em pedido de acesso à informação ou em sede recursal, indicado, seja porque não haja prazos e condições pré-determinados ou porque fique demonstrada a inobservância destes, deverá o pedido ser processado na forma de solicitação de acesso à informação.

22. Verifica-se, portanto, que o funcionamento dos canais específicos de atendimento são essenciais para a garantia do direito de acesso à informação dos titulares dos benefícios requisitados, pois se configuram como o meio mais seguro para que o titular possa receber as informações necessárias sobre o benefício almejado. A inefetividade desses canais, por sua vez, dificulta e/ou impede o exercício do direito de acesso a informações de interesse pessoal do beneficiário, ao se impor como o único meio para a disponibilização de dados de interesse privado. Não por outro motivo, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI) determinou que, mediante a comprovação da inefetividade de canal específico de atendimento, a CGU poderia determinar ao órgão ou entidade recorrida que disponibilizasse a informação solicitada processando o pedido por meio da Lei nº 12.527/2011”.

“(...)

Não obstante, o recorrente indicou, por meio do Protocolo no 4493167 e da Ocorrência no 2472229 – conforme anexos apresentados nesse processo, reproduzidos abaixo - ter buscado cópias de seus extratos nas instâncias competentes, sendo razoável que o cidadão recorra à LAI como meio subsidiário, relativamente aos canais de atendimento e reclamação já disponibilizados pela rede bancária, para obtenção da cópia de seus extratos ‘dos meses de dezembro de 1995 e janeiro de 1996’, uma vez que aqueles canais de atendimento e reclamação parecem ter negado ou, ao menos, dificultado o acesso aos documentos pessoais do correntista.

(...)

De todo o exposto, opina-se pelo conhecimento e provimento do recurso, uma vez que o pedido das informações solicitadas em grau de recurso é proporcional - havendo o recorrente demonstrado o uso dos meios disponíveis pelo sistema bancário – e razoável, por atrair a força normativa subsidiária da LAI, considerando que as informações não foram obtidas pelos canais existentes disponibilizados pelos serviços bancários, não sendo satisfatória a justificativa da recorrida, infirmada pelos anexos apresentados a essa instância”. (destaquei)

No que respeita à exigência de comprovação de ineficiência dos meios disponíveis pela Secretaria de Saúde, ponto nodal da questão, impõe-se esclarecer que o pedido de acesso à informação foi recebido pela Unidade de Perícias Médicas e Saúde do Trabalhador (UPMST) em **19/10/2021**. (anexo¹).

Ausente manifestação do órgão, o pedido de informação foi reapresentado a Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital em **04/05/2022**. (anexo²). Depois de, aproximadamente, um ano (**06/06/23**), o órgão informou que a solicitação foi enviada para a Gerência Geral de Gestão de Pessoas, posto que Unidade de Perícias Médicas é subordinada a essa Gerência. (anexo³).

Uma vez que não houve retorno por parte do órgão, o pedido de informação foi novamente reapresentado à Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores -AMPASS em **23/08/2023**, cujo número do SEI é 12.002145/2023-19 (anexo⁴). Em **27/09/2023** o Reciprev remeteu o processo a Secretaria de Saúde.

É importante destacar que o art. 10, §§1º e 2º, da Lei nº 17.866 de 2013, estabelece o prazo não superior a 20 (vinte) dias para o fornecimento da resposta, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa.

O prazo se esgotou e a Secretaria de Saúde *não respondeu* o pedido de informação. No ponto, cumpre *observar* que órgão desobedeceu ao disposto nesta Lei. *Por essa razão*, registrou-se reclamação na Ouvidoria Geral do Município em 09/11/2023, cadastrada sob o número de protocolo 202337480. (anexo⁵).

Mesmo assim, o órgão não respondeu o pedido *de* acesso à informação. Há que se reconhecer a comprovação da ineficiência dos meios e canais específicos. No tocante a este requisito, entende-se estar preenchido.

Dessa forma, pedido de acesso à informação alcança os pressupostos de admissibilidade via portal da transparência.

II. DO PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Em 15/12/2023 a requerente apresentou o pedido de acesso à informação nº 2023010970034009999, que foi indeferindo pela Controladoria Geral do Município, por entender que seria necessário o envio do material probatório das solicitações ao canal específico. Veja-se:

“; portanto, que, caso seja necessário, a solicitante faça um NOVO pedido de acesso à informação, direcionado à Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital - SEPLAGTD, com o material completo para que seja possível verificar o motivo do não atendimento aos protocolos realizados através dos canais específicos”.

Para tanto, reapresenta-se o pedido com o conjunto probatório. Deste modo:

1. Exibição de documento original:

- a) Comunicação Interna – **CI nº 13/2018-UPMST**, datada de 27-03-2018;
- b) **Declaração-UPMST**, datada de 04/12/2020;
- c) **Ofício nº 60/2018** -UPMST, datado de 06/11/2018.

d) **Ofício nº 61/2019** -UPMST, datado de 08/11/2018.

2. Cópias dos documentos:

a) Portaria de **DESIGNAÇÃO** da ex-servidora ANA LÚCIA CRISPIM DE FARIAS, para exercer a função gratificada de Gestor da Unidade de Perícias Médicas e Saúde do Trabalhador, símbolo "FDA-1", da Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas, em março de 2018, em substituição a CÉLIA REGINA DE MELO PEREIRA, afastada por licença médica, conforme depoimento da servidora prestado a Comissão disciplinar no Processo nº 2933\2018

b) Cópia da Portaria de **TRANSFERÊNCIA** da ex-servidora ANA LÚCIA CRISPIM DE FARIAS, da Secretária de Saúde para Unidade de Perícias Médicas e Saúde do Trabalhador, da Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas, em 2016, por motivo de readaptação, consoante declara a servidora a Comissão disciplinar no Processo nº 2933\2018.

d) Cópia da (s) Portarias de **LOTAÇÃO** da ex-servidora, do período de 2016 a 2019,

e) Cópia da **Folha de Ponto** da ex-servidora, de 19 março de 2018, constando a sua assinatura e horários de entrada e saída.

3. Cópias das **portarias de substituição** da profissional de Educação Física efetiva Elizabete Cristina dos Santos Farias, matrícula nº 91.451-9, referente a 30 horas semanais, no Pólo Jardim São Paulo, do Programa Academia da Cidade, no período de 09/2015 a 07/2019, que se encontrava licenciada para tratamento de Saúde.

Nestes termos,

Pede deferimento

Recife, 02 de janeiro de 2024

ANEXOS

ANEXO 1



BRAJUPM NACIONAL

Central de Apoio aos Policiais Militares

Co 1117

ILUSTRÍSSIMA SENHORA GESTORA DA UNIDADE DE PERÍCIAS MÉDICAS E SAÚDE DO
TRABALHADOR DO RECIFE.

brasileira, casada, professora,

vem, por intermédio de seu advogado ora
subscrito, com fundamento nos incisos XIV e XXXIII do art. 5º, da Constituição Federal e
na Lei 12.527 de 2011, apresentar pedido de informação.

Considerando o Despacho da Comissão Central de Inquérito, de 01/10/2021, fls.
311 e 312 do Auto nº 2933/2018, que se pronunciou a respeito da impugnação do teor
do Ofício n 25/2021-UPMST, de 21/09/2021, por meio do qual este órgão não atendeu
ao pedido de informação da solicitante, cujo trecho transcreve-se:

*Tendo a defesa o direito de petição assegurado na Constituição República deve
envidar esforços para obter, pela via adequada, o acesso à informação que
entende conveniente. Contudo, deve direcionar o seu pedido ao órgão
competente que emitiu ou detém a informação.*

Nestes termos, pede acesso às informações a seguir:

1. DAS SOLICITAÇÕES

a) Apresentação dos ORIGINALS das fls.
153,154,155,161,163,164, respectivamente, acostadas aos autos do processo n 159
/2020;

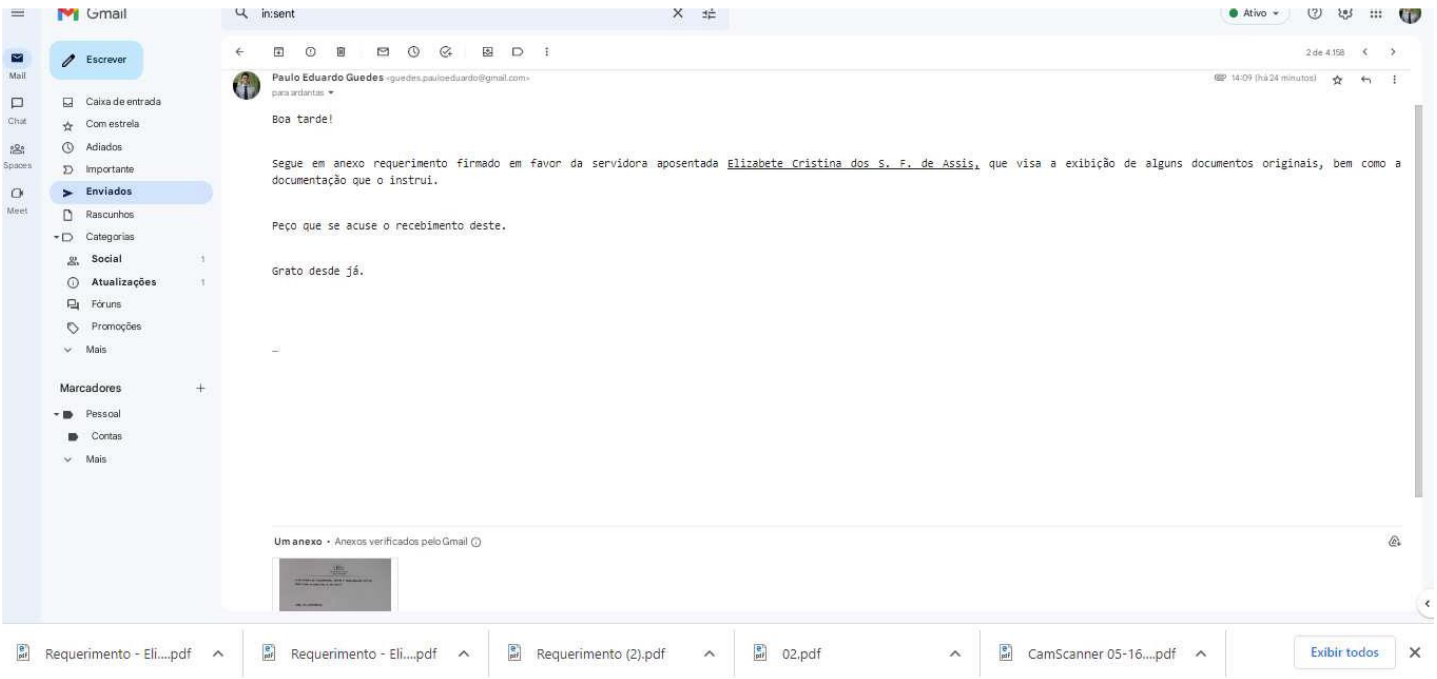
Recebido p/ UPMST
Em, 19/10/2021
As 11:30h

[Assinatura]

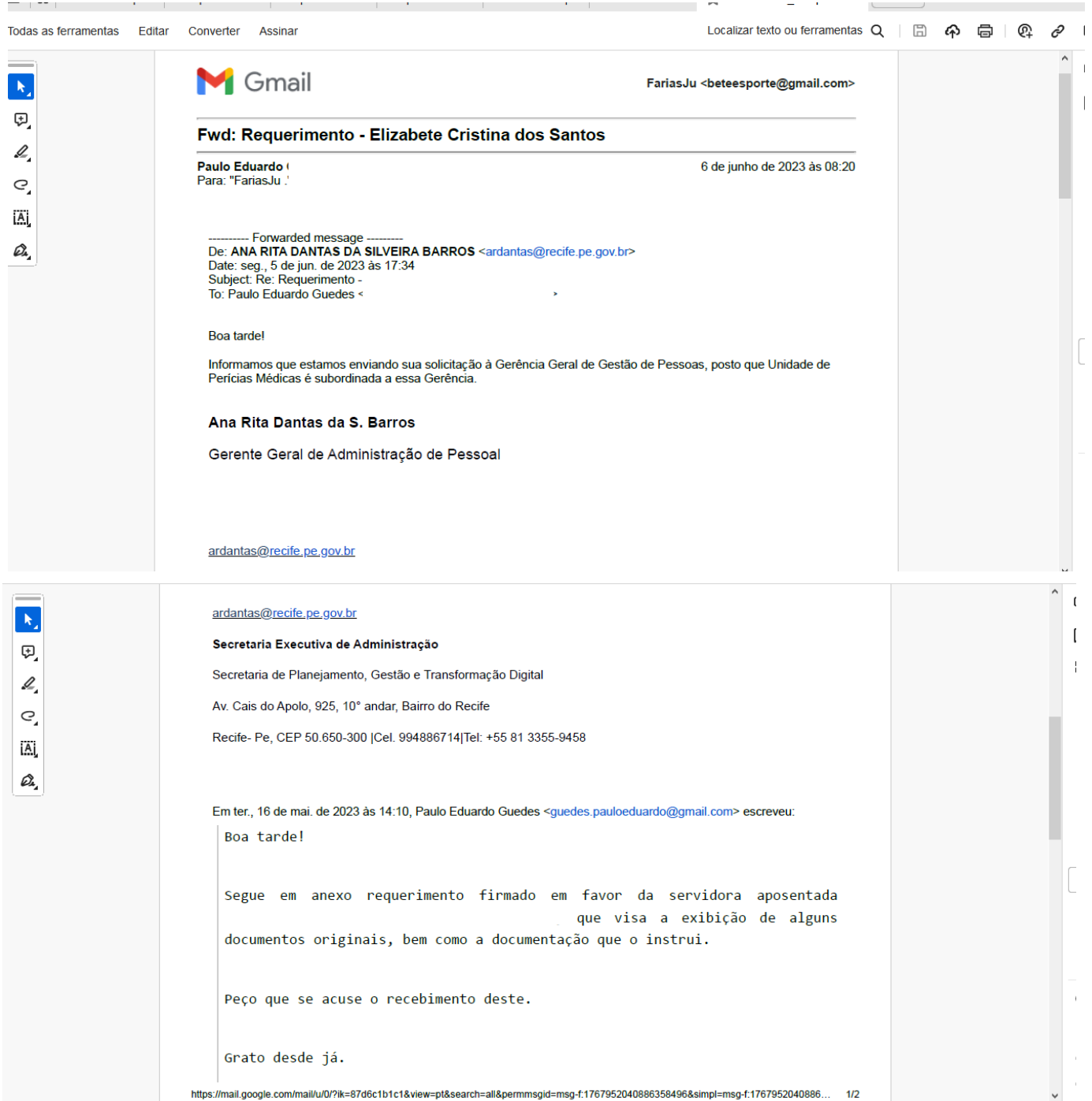
1 | 15

7

ANEXO 2



ANEXO 3



ANEXO 4



**Requerimento
AMPASS/DP/VDP/GPC/DAP Nº
889/2023**

Recife, 22 de setembro de 2023

A Sra **ELIZABETE CRISTINA DOS SANTOS FARIAS DE ASSIS** na qualidade de **APOSENTADA**, vem requerer junto a RECI 21 SAÚDE RECIFE **PEDIDO DE ACESSO A INFORMAÇÃO**, conforme documentos em anexo.

Emp.: 24

Mat.: 91.451-9

Fone:

E-mail

Recife, 22/09/2023.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA PENELOPE DA CONCEIÇÃO PEREIRA, Agente Público**, em 22/09/2023, às 09:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.recife.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1305488** e o código CRC **83B702D3**.

12.002145/2023-19

1305488v1

AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES

Av. Manoel Borba, 488 - Bairro Boa Vista | CEP 50070-000 - Recife PE
Site - www.reciprev.recife.gov.pe.br



ANEXO 5

Resposta Parcial

1 mensagem

Ouvidoria da Prefeitura do Recife <ouvidoria@recife.pe.gov.br>
Para: beteesporte@gmail.com

10 de novembro de 2023 às 15:54

Ouvidoria | Resposta Parcial

Prezado(a) Senhor(a) Elizabete Cristina dos Santos Farias de Assis ,

A Ouvidoria-Geral do Município do Recife agradece-lhe o contato. Sua manifestação registrada através do Protocolo nº 202337488 , referente ao assunto Processo foi encaminhada à SECRETARIA DE SAÚDE em 10/11/2023 , a qual detém atribuições para conhecer e adotar as providências necessárias. Desejando acompanhar, solicitamos entrar em contato através do telefone 08002810040 (segunda à sexta feira, das 7hs às 17hs) com o número de protocolo acima identificado. Caso a manifestação tenha sido registrada através do nosso Portal: <http://ouvidoria.recife.pe.gov.br/> consulte o andamento, com o número de protocolo 202337488 e senha [REDACTED], informados no ato do registro.

Informamos que a Secretaria ou Órgão, para o(a) qual foi encaminhada a presente manifestação, **tem o prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do primeiro dia útil após encaminhamento**, para envio de resposta parcial ou conclusiva. Nossa equipe já está cuidando da sua solicitação com a atenção e o respeito que você merece. Muito em breve retornaremos com uma posição sobre as suas necessidades.

Atenciosamente,

Ouvidoria-Geral do Município do Recife